

## **Meirelles espera que ciclo de reformas esteja concluído até o fim do ano**

Por Edna Simão, Cristiane Bonfanti e Raphael Di Cunto | De Brasília

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem, em Brasília, esperar que o ciclo de reformas no país seja concluído até o fim do ano. Segundo ele, essa expectativa fez parte de conversas realizadas com o presidente da República, Michel Temer, e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), no domingo.

"A nossa expectativa é que o ciclo de reformas esteja concluído até o fim do ano", disse Meirelles, após evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O ministro defendeu a manutenção da proposta de reforma da Previdência nos termos do relatório aprovado na comissão especial nomeada para tratar do assunto. Esse relatório prevê, nas questões básicas, a fixação de uma idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens tanto na iniciativa privada como no serviço público.

"O processo legislativo no regime democrático envolve discussão, debate e a decisão, em última análise, pelo Congresso. Defendemos a manutenção do projeto como está hoje no relatório aprovado na comissão especial, mas, como mencionou o presidente Temer, vamos discutir democraticamente e fazer aquilo que é possível", afirmou Meirelles.

O ministro ressaltou a importância de se aprovar um relatório próximo do atual. "Quanto mais perto do projeto que está hoje for aprovada a reforma da Previdência, mais tempo vamos passar no Brasil sem voltar a discutir a Previdência", disse.

Questionado sobre se existe a possibilidade de a reforma tributária passar à frente da previdenciária, o ministro da Fazenda disse que "é difícil prever" qual será a agenda legislativa. "A reforma da Previdência o projeto está lá, está avançando. É uma questão apenas de pautar e votar. O presidente da Câmara tem falado de começar o processo de votação logo", afirmou. No caso da reforma tributária, ele ressaltou que existe uma proposta no Ministério da Fazenda. No entanto, considerou que é preciso entender o que está sendo discutido no Congresso Nacional.

"De novo, nós precisamos primeiro receber o que já está pensado [sobre reforma tributária] e trabalharmos em cima dessa proposta. Avaliaremos isso sobre o que temos estudado no Ministério da Fazenda e, certamente, enviaremos uma proposta o mais rápido possível", afirmou Meirelles.

Além das reformas da Previdência e tributária, a reforma política será discutida num jantar organizado pelo presidente do Senado na noite de hoje com o presidente da Câmara e líderes dos principais partidos. O assunto é debatido em três comissões da Câmara e a intenção dos partidos é estar com todos prontos para votar no plenário até o fim da próxima semana.

A primeira a ser votada é a proposta de emenda à Constituição (PEC) de relatoria do deputado Vicente Cândido (PT-SP) para modificar o sistema eleitoral e criar um fundo eleitoral de R\$ 3,5 bilhões para custear as campanhas políticas de 2018. A comissão que discute esse projeto se reunirá hoje mas está longe de um consenso mínimo entre os partidos e parlamentares.

## Maia rechaça mudanças no texto

Por Carolina Freitas | De São Paulo



Rodrigo Maia: em entrevistas a emissoras de rádio, o presidente da Câmara disse acreditar que polarização eleitoral entre PT e PMDB acabou.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem em entrevista à rádio "CBN" que quer votar a reforma da Previdência até o início de setembro, sem mudanças em relação ao texto que foi votado na comissão especial, em maio.

"A questão fiscal do Brasil e o déficit da Previdência chegaram num ponto em que se a gente tiver um pouco de bom senso, maturidade e responsabilidade a gente tem que votar, no mínimo, o texto que foi aprovado na comissão. Porque não adianta que a gente faça uma reforma menor do que isso, porque não vai resolver o problema dos brasileiros", disse.

Maia afirmou que espera que a

base aliada ao governo esteja recomposta ainda este mês para alcançar o quórum de 308 votos, mínimo necessário para aprovar uma proposta de emenda à Constituição. "Na minha agenda, a Câmara precisa estar votando essa matéria em setembro, a gente precisa estar pronto pra votar a partir do início de setembro. E eu espero que a gente esteja com a base organizada já no final de agosto", declarou.

Maia disse que hoje à noite voltará a se reunir com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e com o relator da reforma política da Câmara, deputado Vicente Cândido (PT-SP), para tratar da reforma política. A comissão especial criada para emitir parecer sobre a proposta que altera o sistema eleitoral deve se reunir amanhã. Maia espera que a comissão aprove o relatório do relator esta semana e que a partir da semana que vem o parecer esteja apto a ser votado em plenário.

Em outra entrevista, à rádio "Bandeirantes", o presidente da Câmara afirmou que está "muito longe" de se lançar candidato à Presidência da República. Maia reconheceu ter "expectativa de ascensão" e que se posiciona para "eleições futuras", mas disse ainda não ter votos majoritários para concorrer à governador do Rio ou presidente.

O deputado analisou ainda o cenário das eleições de 2018. Para ele, o pleito romperá um quadro que vem se repetindo desde 1994. "Dezoito [2018] será uma eleição diferente das anteriores. A polarização tradicional que existiu desde 1994, PT e PSDB, acabou", disse. "O PSDB pode se reinventar. Tem quadros de qualidade. Alckmin [Geraldo Alckmin, governador de São Paulo] é um grande quadro. Mas acho que não haverá espaço para aquele que não construir o novo dentro da própria política."

Maia explicou seu esforço para ter uma postura neutra no processo de votação da denúncia por corrupção passiva ao presidente Michel Temer (PMDB). "Muitas pessoas questionaram porque eu não avançava [contra Temer]. Eu tenho uma questão pessoal: por ser o primeiro na linha sucessória, não me cabe fazer nenhum movimento. [Além disso], isso [afastamento de Temer] ia gerar um país pior. Tenho convicção de que fiz o certo para o Brasil."

Questionado sobre o parlamentarismo, modelo que passou a ser costurado nos bastidores por Temer e pelo senador José Serra (PSDB), Maia afirmou ser esse um debate do qual a sociedade precisa participar. "O sistema presidencialista brasileiro se esgotou", disse o deputado. (Com agências noticiosas)

## Ajuste fiscal e expectativas de longo prazo

*Por Yoshiaki Nakano*

A partir do segundo trimestre de 2014, a economia brasileira começou a sentir os efeitos da crescente perda de confiança dos agentes econômicos na política econômica do governo Dilma Rousseff. Só o impeachment de Dilma e a percepção por parte de seu vice-presidente Temer, que assumiu o poder, de que a crise era tal que era necessário construir "uma ponte para o futuro", com uma agenda de reformas, o processo de perda de confiança pode ser interrompido. Esta "crise de confiança" foi tão grave que provocou a mais profunda recessão que temos registro histórico e uma deterioração profunda nas expectativas de longo prazo.

Como são estas as expectativas que determinam a taxa de investimento, enquanto este estado de espírito perdurar, dificilmente vamos ter uma recuperação consistente do crescimento econômico.

Na realidade, na origem da crise temos uma profunda crise política, com uma população que perdeu totalmente a confiança nas lideranças e nas instituições políticas do país. Dada a cultura política do Brasil, o chamado presidencialismo de coalizão, trazido pela Constituição de 1988, também faliu. Sem novas instituições e novas lideranças políticas capazes de apontar um futuro para o Brasil,

levando em consideração o novo contexto histórico deste início do século XXI, não há chance de realmente sairmos da crise.

*O jogo político tornou inviável a reforma previdenciária e deixou o Executivo muito mais frágil a chantagens*

Entretanto, como dizia Keynes: "Além da causa devido à especulação, à instabilidade econômica encontra outra causa, inerente à natureza humana, no fato de que grande parte das nossas atividades positivas depende mais do otimismo espontâneo do que de uma expectativa matemática, seja moral, hedonista ou econômica. Provavelmente a maior parte das nossas decisões de fazer algo positivo, (?) deva ser considerada como manifestação do nosso entusiasmo - como um instinto espontâneo de agir, em vez de não fazer nada - em vez de resultado de uma média ponderada de lucros quantitativos multiplicado pelas probabilidades quantitativas (?). O empreendedor procura convencer a si próprio de que a principal força motriz da sua atividade reside nas afirmações de seus propósitos. Keynes, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Ed. Atlas, São Paulo, 1982, p.133.

Se o nosso quadro político de

total incerteza permanecer, poderá arrefecer o otimismo espontâneo e ficaremos na dependência apenas da previsão quantitativa, mas o empreendimento desfalecerá e morrerá. Neste quadro, em que erros em qualquer direção são igualmente prováveis, na prática, segundo Keynes, recorreremos a uma convenção, e aí já que houve uma pequena melhora no clima dos negócios, é melhor acreditar que esta situação perdurará. E assim, os indicadores de atividade apresentam ligeiríssima melhora, e também os índices de confiança, que mostram certa indiferença aos eventos políticos, assumindo que o governo Temer deverá perdurar.

Este quadro de ténue "equilíbrio de otimismo espontâneo", relativamente pouco sensível, no momento, aos eventos políticos, é a convenção de que o quadro deverá permanecer. Isto significa crença de que o presidente Temer sobreviverá e conseguirá levar adiante tanto o ajuste fiscal, como sua agenda de reformas, ainda que enfraquecido.

Entretanto, este quadro de ténue "equilíbrio de otimismo espontâneo" poderá se romper com os últimos anúncios do governo na sua agenda fiscal. De um lado, o não cumprimento da meta fiscal para este ano, que era relativamente folgada. Segundo, a decisão de aumentar a tributação sobre gasolina. E em terceiro lugar, as liberalizações feitas





pelo Palácio do Planalto para bloquear a ação do Ministério Público Federal. Estas decisões reduzem drasticamente a credibilidade da política de fixação real do teto fiscal.

Rompe-se assim alguns princípios fundamentais para um ajuste fiscal bem sucedido, isto é, capaz de reduzir a relação dívida pública/PIB em alguns anos. De partida, apesar da meta ser relativamente folgada, o superávit primário prometido não será alcançado no primeiro ano, e a dívida pública aumentará mais do que previsto. Sabemos pela análise de casos de sucesso em ajuste fiscal, que o governo tem que cortar os gastos correntes, principalmente de folha de pessoal, para modificar a dinâmica de gastos.

Aqui, ao contrário, o governo concedeu aumento salarial neste ano para o funcionalismo e já fixou aumento também no próximo ano,

abrindo exceção à regra de teto, abrindo espaço para reivindicação para aumento de outros gastos. Por que uma categoria privilegiada em termos de salário, quando comparado ao mercado, pode ter aumento em detrimento de outros gastos prioritários para a sociedade? Desta forma, a dinâmica de gastos, em grande parte fixada por lei, ou Constituição ou por convenção, vai fazer com que a despesa continue crescendo e acontecerão novos aumentos de impostos.

E por fim, o jogo político, conflito institucional, praticamente inviabilizou a reforma previdenciária, e deixou o Executivo muito mais frágil às pressões e chantagens políticas.

Yoshiaki Nakano, com mestrado e doutorado na Cornell University, é professor e diretor da Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP) e escreve mensalmente neste espaço.

## Para evitar derrota, governo desiste de votar reoneração

Por Raphael Di Cunto, Cristiane Bonfanti e Edna Simão | De Brasília



Meirelles, sobre a reoneração: "Estamos trabalhando para apresentar um projeto de lei em regime de urgência".

Com medo de derrota no plenário da Câmara dos Deputados, o governo desistiu, dias após conseguir rejeitar a denúncia contra o presidente Michel Temer, de votar a medida provisória (MP) da reoneração da folha de pagamentos, o que comprometerá as contas públicas deste ano e provavelmente também de 2018. A ideia era arrecadar R\$ 17,2 bilhões no período. A tentativa agora será aprovar um projeto de lei sobre o assunto, o que torna incerta a arrecadação.

O recuo ocorreu pela constatação de que é preciso consolidar a base aliada no Congresso antes de votar projetos mais complicados no plenário, como é o caso da reoneração, que desagradou empresários ao elevar impostos e ameaça causar

demissões, e pelo calendário apertado - o texto tem que ser aprovado pela Câmara e Senado até quinta-feira ou perde a validade. Isso exigiria que os aliados ficassem em plenário até de madrugada para tentar concluir a votação, com sério risco de derrota.

A base está conflagrada após a denúncia. Os deputados que votaram pela manutenção de Temer cobram que os dissidentes tenham seus aliados demitidos do governo. A pressão de PMDB e partidos do Centrão (PP, PSD, PR, PRB e PTB) por mais espaço quer tirar o PSDB do Ministério das Cidades e redistribuir cargos. Temer, porém, já disse que o PSDB fica.

Conforme antecipou o Valor PRO sexta-feira, a disputa com a oposição para votar a MP seria o primeiro embate no Congresso para demonstrar que o governo continua com força, apesar da redução na base aliada na Câmara: eram 366 votos deputados ano passado e teve 263 contra a denúncia. Mas Temer decidiu sequer tentar votar a proposta. A decisão reforça as chances de alteração na meta fiscal deste ano, hoje um déficit de R\$ 139 bilhões, que deve aumentar com a frustração de receitas.

A alternativa do governo, discutida domingo por Temer com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles e os presidentes do

Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é mandar um projeto de lei com urgência constitucional assim que a MP perder a validade na quinta-feira. Por se tratar de medida provisória, os efeitos são imediatos a partir da publicação, mas a proposta precisa ser aprovada em 120 dias ou perde a eficácia e não pode ser editada novamente no mesmo ano.

"Não haverá tempo hábil de votar as medidas provisórias que estão vencendo agora na quinta-feira, incluindo aí, infelizmente, a reoneração, disse Maia, em entrevista à rádio CBN. "Estamos trabalhando para apresentar um projeto de lei em regime de urgência para que o Congresso possa discutir isso o mais rápido possível", confirmou Meirelles horas depois, após participar de fórum na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele lembrou que, após a aprovação do projeto, é necessário o cumprimento do período de noventa dias.

O histórico, contudo, mostra que essa alternativa é muito mais ineficaz. O governo Temer tentou esse plano ano passado, ao ver caducar outra medida provisória, que modificava regras de acesso a auxílios pagos pelo INSS, como aposentadoria por invalidez e salário maternidade. A MP perdeu a validade em novembro e o governo mandou um projeto com





a promessa de votação rápida pelos líderes da base. Teve que mandar outra MP em janeiro.

O governo Dilma, que concedeu as desonerações e depois acabou com parte do benefício em 2015, também teve dificuldade. O projeto de lei com urgência foi encaminhado em março e aprovado só em agosto pelo Congresso. Se o governo Temer demorar os mesmos cinco meses, ficaria apenas para 2018. E, após a aprovação, é preciso um prazo de 90 dias para começar a cobrar a nova alíquota do imposto.

O plano inicial da equipe econômica era cobrar as novas alíquotas previstas na MP 774 a partir de julho de 2017, arrecadando R\$ 4,75 bilhões este ano e R\$ 12,5 bilhões em 2018. Mas a comissão de senadores e deputados já tinha aprovado o texto com alterações, para que a tivesse validade em janeiro e ampliasse o número de setores beneficiados, e a maioria dos partidos da base mostrava resistências a acabar com esse programa, que permite pagar como contribuição previdenciária uma

alíquota sobre o faturamento ao invés de 20% sobre a folha.

A MP 774 já nem está mais na pauta programada pelos líderes do governo para esta semana. Além de outra MP, para ampliar multas por infrações sanitárias, a ideia do Palácio do Planalto é tentar votar na Câmara hoje uma proposta de emenda à Constituição (PEC) justamente para tentar resolver o problema com as medidas provisórias e mudar o rito de tramitação, dando mais tempo para o Senado deliberar.

Meirelles disse ontem que ainda não há data para definir se a meta fiscal de 2017 será alterada e que espera projeções mais conclusivas do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, sobre qual será a arrecadação desde ano. Questionado sobre se o déficit primário pode ser superior aos R\$ 159 bilhões de 2016, Meirelles afirmou que é "muito prematuro" dizer isso e repetiu que aguarda o desempenho da receita. (Com agências noticiosas)

## Arrecadação frustra em julho e deve ter nova queda real

Por Fabio Graner | De Brasília

Depois de um bom desempenho em junho, a arrecadação do mês passado voltou a decepcionar o governo. O Valor apurou que o desempenho da receita em julho ficou abaixo do previsto para o mês, em mais um complicador para as discussões sobre a revisão ou não da meta fiscal deste ano. Uma fonte do governo disse que dados preliminares apontariam frustração de R\$ 6 bilhões, embora os números finais ainda estejam sendo apurados pelos técnicos.

Dados preliminares da arrecadação de julho apontam que o mês passado teve queda real, segundo levantamento feito ontem pelos economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) José Roberto Afonso - que também é professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) -, Vilma Pinto e José Ricardo Guimarães.

"A arrecadação das Receitas Federais vem apresentando resultados muito controversos e que vão na contramão do apresentado em diversos indicadores econômicos. Para julho, em comparação com o mesmo mês do ano anterior, espera-se uma queda real de 1,8% na arrecadação total das receitas federais (administradas e não administradas pela RFB)",

comentam os economistas em nota antecipada ao Valor.

Mesmo tendo aumentado impostos sobre combustíveis e anunciado um corte de gastos adicional, o governo tem lidado com dificuldades para cumprir a meta de déficit de R\$ 139 bilhões neste ano. Por isso, discute-se a possibilidade de revisar esse objetivo, apesar da contrariedade da Fazenda, em especial do Tesouro Nacional.

No governo, há duas forças disputando nesse momento. Uma delas, do qual fazem parte a ala política e o ministério do Planejamento, quer resolver logo a questão da meta, se possível ainda esta semana. Outra, campo no qual está a Fazenda, quer esperar um pouco mais para ver a reação das receitas em agosto e setembro, no qual há esperança de um resultado mais favorável, que daria mais clareza para que se definissem os rumos.

No documento dos economistas do Ibre, os autores destacam que boa parte do tombo na arrecadação total de julho pode ser explicado pela reversão de um movimento atípico apresentado na arrecadação das instituições financeiras. "De acordo com o relatório da RFB de análise mensal de julho de 2016, no período houve 'pagamentos atípicos no valor de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões efetuados por empresas do setor financeiro'. Essa receita atípica afetou

a arrecadação do IRPJ e da CSLL de julho de 2016, o que contribuiu para que a taxa de variação da arrecadação em julho de 2017 comparativamente a do mesmo mês de 2016 tivesse uma queda mais intensa", explicam.

O levantamento mostra que as receitas administradas pela RFB apresentaram queda real de 3,4%, já aquelas não administradas, como royalties e participações especiais, cresceram 53%. "Quando olhamos para a arrecadação administrada, vemos dois movimentos contrários. Olhando para as contribuições previdenciárias, vemos um cenário de certa estabilidade, com crescimento real de 0,4%, ao passo que quando olhamos para as receitas administradas sem o recolhido com contribuições previdenciárias, o tombo foi de 5%".

Eles explicam que o grosso da deterioração da arrecadação vem dos tributos sobre lucros, como IRPJ e CSLL, que amargaram queda real de 21,3% e 21,1%, respectivamente. "Tributos sobre faturamento (PIS e COFINS), também tiveram queda real, porém mais modestas", comentam. "No geral, tributos que apresentaram crescimento real no período, são aqueles vinculados a salários", explicam, ressaltando que os dados não consideram os ganhos com a repatriação.





Os economistas destacam ainda que, em uma análise de prazo mais longo, algo inédito aconteceu esse ano: a taxa de crescimento da comparação do mês contra mesmo mês do ano anterior ficou abaixo das taxas acumuladas em 12 meses e de média moveis de 3 meses. "Isso é uma sinalização ruim para a trajetória de recuperação da receita, e se caso se repita em meses subsequentes, vamos ter uma interrupção da recuperação. O que antes se recuperava de forma muito lenta e gradual, irá retroceder", dizem.



## **Opção por projeto de lei complica orçamento de 2018**

Por Fabio Graner | De Brasília

Mais do que a perda de cerca de R\$ 4,8 bilhões neste ano (sendo que R\$ 2 bi já estavam nas contas), a dificuldade do governo em votar a medida provisória da reoneração da folha de pagamentos é mais um grande complicador para a elaboração do orçamento de 2018. Sem a votação nesta semana, a medida perde a validade. A alternativa que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, apresentou é de um novo projeto de lei em regime de urgência sobre o tema, já que outra medida provisória sobre o assunto em tese não poderia ser enviada.

O problema é que um projeto de lei sobre o tema não permite a inclusão imediata dos R\$ 12,5 bilhões de receitas com a reoneração da folha na previsão de receitas do orçamento em 2018. Para se ter uma

ideia, o volume é praticamente metade do que se espera arrecadar com a alta do PIS/Cofins sobre combustíveis no ano que vem.

Com o revés na MP e a alternativa do projeto de lei, ao governo restam três alternativas: construir um orçamento ainda mais apertado do lado da despesa, partir para outros aumentos de tributos para viabilizar a meta de déficit de R\$ 129 bilhões para o governo central em 2018 ou ampliar a meta de déficit fiscal.

Esta última hipótese ganhou força nos bastidores do governo, apesar de resistências localizadas no Ministério da Fazenda. E com a reoneração indo por projeto de lei, a equipe econômica só poderá contar com o dinheiro se e quando a proposta for aprovada pelos parlamentares e sancionada pelo presidente Michel Temer, o que não se sabe quando ocorrerá.

## Fazenda perde e Temer só fará um veto na convalidação fiscal

Por Raphael Di Cunto | De Brasília

Em nova derrota do Ministério da Fazenda no projeto da convalidação dos incentivos fiscais dados por Estados no âmbito da guerra fiscal, o presidente Michel Temer vetará apenas um ponto da proposta aprovada pelo Congresso, que acabava com a disputa sobre se cabe a cobrança de tributos federais sobre a fatia do ICMS que foi desonerada, segundo apurou o Valor.

A Fazenda sugeriu três vetos ao projeto. Além das subvenções, também queria proibir dois artigos que permitiriam a Estados concederem novos incentivos fiscais para empresas, desde que replicassem benefícios dados a outras companhias do mesmo setor ou que copiassem programas de incentivos de outros governos daquela região. A Fazenda temia que isso abrisse brecha para uma nova guerra fiscal, conforme revelou

ontem o Valor.

Com a pressão de parlamentares e governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contudo, esses dois pontos serão sancionados por Temer. Amazonas e Espírito Santo pediam ao governo federal o veto à possibilidade de outros Estados de suas regiões espelharem benefícios concedidos por eles a empresas - como, por exemplo, os da zona franca de Manaus.

A decisão sobre os vetos é mais uma derrota da Fazenda na discussão desse projeto, em especial do secretário-executivo, Eduardo Guardia, que costurou diretamente o texto com os governadores e ficou sem quase nada do que queria.

A equipe econômica tentava também estabelecer a redução gradual dos incentivos, que acabaram apenas prorrogados por até 15 anos, o que estimulará novas prorrogações no futuro, sem pôr fim à guerra fiscal, e punições severas aos gestores públicos que voltassem a

dar benefícios fiscais, como processa-los por improbidade administrativa. O texto final deixou apenas a punição ao Estado, que terá os repasses congelados.

O único veto ao projeto, que será publicado hoje no "Diário Oficial da União", é a permissão para que as empresas incluam a redução nas alíquotas de ICMS como "subvenções para investimento" no cálculo do lucro real. Com isso, o Congresso e empresários pretendiam encerrar as disputas judiciais com a Receita Federal, que tem autuado as empresas para quem paguem os impostos com base em todo o ICMS, mesmo a parcela reduzida artificialmente como incentivo.

Relator do projeto na Câmara, o deputado Alexandre Baldy (PodeGO) afirmou que essa decisão é um erro e que trabalhará para derrubar o veto em sessão do Congresso. "Isso só prorroga a insegurança jurídica e desestimula investimentos", disse. Ainda não há decisão pacífica sobre o assunto no Judiciário.

## Dyogo diz que União estuda contratar servidores por tempo determinado

Por Thais Carrança e Arícia Martins | De São Paulo

O governo federal tem estudos avançados para contratação de servidores por tempo determinado, informou ontem o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. O titular da pasta também reiterou a possibilidade de adiamento dos reajustes do funcionalismo público no próximo ano e disse que o governo não pretende adotar a ideia de uma reforma da Previdência "minimalista".

"Não estamos falando de contratação temporária, que hoje pode ser feita pelo governo federal, limitada a certas circunstâncias, como em caso de excesso de demanda de serviço ou alguma falha de pessoal momentânea", explicou Oliveira, durante evento em São Paulo. "Estamos falando de poder, para determinadas atividades do governo, contratar as pessoas por tempo determinado - quatro anos, oito anos", disse.

Para o ministro, essa possibilidade é uma "ótima alternativa" não só para o governo federal, mas para todos os níveis de governo. "Sabemos que em muitas áreas não faz sentido ter o mesmo servidor atuando durante 20, 30 anos. É preciso renovar, colocar

'sangue novo' no governo", disse Oliveira.

O ministro também afirmou acreditar no "fôlego" da administração para aprovar a reforma da Previdência e que o placar obtido na votação da Câmara que barrou a denúncia por corrupção contra o presidente Michel Temer demonstra que o governo tem base forte.

"Não vamos adotar, na partida, a ideia de uma reforma minimalista. Vamos persistir na proposta que foi aprovada na Comissão [Especial sobre o tema]", reforçou ele.

Diante de informações divulgadas na imprensa sobre a possibilidade de a equipe econômica antecipar para o dia 15 a revisão da meta de déficit primário, o ministro disse que não há data marcada para a definição, nem valor definido. "Não posso assegurar ainda nenhum valor, estamos fazendo essa avaliação. Não posso nem assegurar que haverá mudança", ponderou. "O que temos de certo até o momento é que algumas receitas têm se frustrado e isso impõe a necessidade de fazer uma reavaliação da questão da meta", afirmou Oliveira, a jornalistas.

Para a mudança da meta fiscal, atualmente de déficit de R\$ 139 bilhões para o governo central, será preciso refazer o planejamento

orçamentário de 2017, já aprovado pelo Congresso. O Ministério do Planejamento pode encaminhar a revisão até 31 de agosto, data limite para envio do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Executivo.

O titular do Planejamento reiterou que o orçamento de 2018 prevê um novo rombo de R\$ 129 bilhões, reduzido em 2019 a R\$ 90 bilhões e voltando em 2020 a algo próximo da neutralidade, ou ligeiramente positivo. "Esse cenário, na medida em que persistem dificuldades na aprovação de algumas medidas, vai se complicando", reconheceu.

Para reduzir o déficit, hoje em cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e gerar um superávit de igual proporção, de forma a estabilizar a dívida pública - num ajuste estimado em R\$ 350 bilhões, ante orçamento discricionário de cerca de R\$ 110 bilhões - o ministro reforçou a necessidade das reformas estruturais, que sinalizam estabilidade no longo prazo.

"Não é só a Previdência, teremos que continuar reformando os diversos programas de gasto público. Não para simplesmente reduzir a cobertura, mas melhorar a eficiência e inclusive o atendimento, reduzindo custos", disse Oliveira.

## Peso no Orçamento

*Previdência já consome sete vezes mais que a Saúde. Em 2025, pode chegar a dez vezes*

Martha Beck e  
Bárbara Nascimento

-Brasília, Rio e São Paulo- Em trajetória crescente, as despesas previdenciárias abocanham, hoje, 56,8% do Orçamento da União e vão atingir R\$ 735,5 bilhões este ano. Para se ter uma ideia do espaço que é tomado por esses desembolsos, o número é sete vezes maior do que o governo gasta com saúde (excluindo folha de pagamento), R\$ 103,8 bilhões. Ele também é 23 vezes maior do que as despesas com benefícios assistenciais, incluindo o programa Bolsa Família, de R\$ 30,8 bilhões. Os números foram apresentados ontem pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, em encontro com investidores chineses no qual ele fez uma defesa da reforma da Previdência.

— Basicamente, estamos gastando 57% do Orçamento federal com Previdência. Apenas os gastos com o regime geral (R\$ 560 bilhões) subiram cerca de R\$ 50 bilhões este ano e representam duas vezes o investimento público. Tem algo muito errado nas nossas contas, que é o fato de que estamos colocando o dinheiro para pagar aposentado e não para investir. Disso decorre grande parte dos problemas de infraestrutura que nós

temos — disse o ministro.

O economista Leonardo Rolim, consultor do Orçamento da Câmara dos Deputados na área de Previdência, estima que aposentadorias e pensões devem consumir dez vezes mais que a Saúde em 2025, se nenhuma reforma for feita: — Os gastos com saúde não vão cair. Pela lei do teto de gastos, vai se manter nesse piso e ser reajustado pela inflação. Mas essas despesas precisavam aumentar, porque a população está envelhecendo e demandando mais assistência.

### BENEFÍCIOS DESIGUAIS

Rolim estima que as despesas com Previdência devem crescer perto de 3% ao ano, descontada a inflação. Considerando o projeto original de reforma do governo, a despesa subiria pouco. Com as mudanças já feitas no substitutivo na Câmara, as despesas devem crescer cerca de 1% ao ano: — Atualmente, destinamos para a saúde metade do que a Europa gasta e quase a mesma coisa no caso da Previdência.

Oliveira lembrou que, no caso da Previdência, o governo quer resolver algumas assimetrias. Como exemplo citou que o déficit na previdência dos trabalhadores do setor privado é de R\$ 185 bilhões e contempla 70 milhões de beneficiários. Já a dos servidores públicos tem déficit de R\$

30 bilhões, mas para um milhão de servidores aposentados. O ministro também fez um paralelo entre quanto a equipe econômica tem nas mãos para fazer investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — R\$ 26,7 bilhões ou 2,1% das despesas primárias da União — e quanto tem de pagar em benefícios.

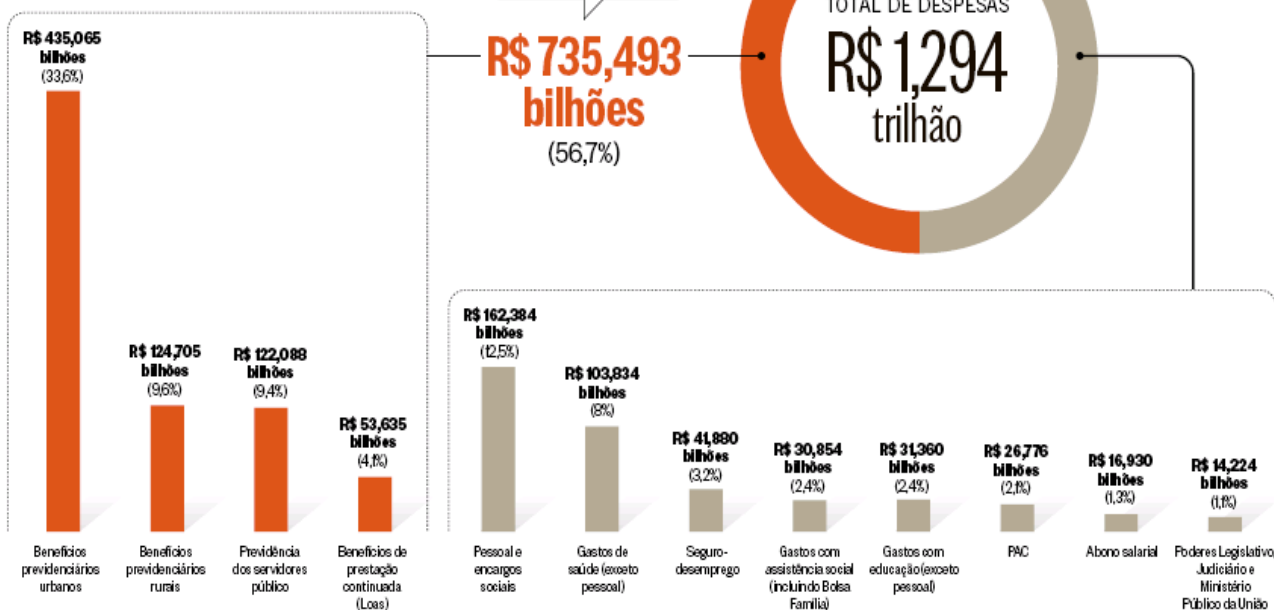
Enquanto os investimentos do PAC despencaram de 2016 para 2017 de R\$ 42 bilhões para R\$ 26,7 bilhões, as despesas previdenciárias totais subiram R\$ 67,8 bilhões. O segundo maior gasto do Orçamento é com folha de pagamento, que chegará a R\$ 162,4 bilhões e também teve aumento de 2016 para este ano: R\$ 15,3 bilhões. Segundo Oliveira, o governo precisa fazer um ajuste fiscal de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos dez anos. Isso significa sair de um déficit primário de 2,5% do PIB para um superávit de 2,5%: — Este é o tamanho do trabalho que o Brasil precisa fazer nos próximos dez anos.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, calculou o peso da Previdência na economia em 50 anos: — Atualmente, os benefícios consomem perto de 11% do PIB e devem chegar a 22% em 50 anos. Essa diferença de gastos em relação à Saúde só vai aumentar.





## COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS



Fonte: Ministério do Planejamento

Editoria de Arte

Rolim calcula que a Previdência deve representar 82% da despesa primária em 2025. Atualmente, equivale a 56,8%: — Estão contra a reforma para defender privilegiados como eu, funcionário público. Não faz sentido.

### MAIA DEFENDE MANUTENÇÃO DO TEXTO

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, também defendeu a reforma da Previdência, que está na lista de prioridades do governo para a agenda do Congresso após a votação da denúncia contra o presidente Michel Temer. Meirelles disse esperar que o conjunto de reformas seja votado este ano. Perguntado se vai aceitar mudar ainda mais o projeto da Previdência, que já foi aprovado em comissão especial da Câmara, Meirelles

afirmou defender a manutenção do texto. No entanto, admitiu que o governo pode ter de fazer concessões e lutar para aprovar o que for possível: — Defendemos a manutenção do projeto como está hoje no relatório aprovado na comissão especial, mas, como já mencionou o presidente (Temer), vamos estar discutindo democraticamente e fazendo aquilo que é possível. Mas sempre alertando a todos para uma realidade que é factual, objetiva. Quanto mais perto do projeto como está hoje for aprovada a reforma da Previdência, mais tempo vamos passar no Brasil sem discutir a Previdência.

Em entrevista à CBN, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também defendeu a votação do texto aprovado na comissão: — O Brasil chegou a uma situação, com

a questão fiscal e o déficit previdenciário, que, se tivermos um pouco de bom senso e maturidade, vamos votar no mínimo o texto que foi aprovado na comissão, porque não adianta fazer uma reforma da Previdência menor do que isso. Não vai resolver o problema dos brasileiros, pois o déficit continuará aumentando.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que o governo quer ainda avançar na reforma tributária, mas que antes é necessário tratar da Previdência. Segundo ele, sem isso, o governo ficaria sob a pressão constante para o aumento do gasto público, impulsionado pelas despesas previdenciárias.

Colaboraram Cássia Almeida e Ana Paula Ribeiro

## Para não mexer na meta, equipe econômica estuda alíquota maior do IR

*Parte dos técnicos defende cobrança de até 35% sobre pessoa física em 2018*

Martha Beck E Bárbara Nascimento

-Brasília- Em meio a uma disputa interna no governo sobre mudanças nas metas fiscais de 2017 e 2018, parte da equipe econômica decidiu tirar da gaveta projetos de aumentos de impostos que poderiam reforçar os cofres públicos a partir do ano que vem. As ações vão desde criar uma nova alíquota de Imposto de Renda para as pessoas físicas (que poderia chegar a 35%), passar a cobrar IR sobre lucros e dividendos até rever desonerações. Essas medidas, que precisam ser aprovadas pelo Congresso por meio de projeto de lei, precisam ser apresentadas este ano, mas teriam efeito sobre as contas de 2018. Essa ala do governo é contra uma mexida na meta do ano que vem, de déficit primário de R\$ 129 bilhões, e quer esperar até setembro para ver se é mesmo necessário alterar a deste ano, de rombo de R\$ 139 bilhões.

### REONERAÇÃO DA FOLHA

Os defensores da revisão imediata da meta e o próprio Palácio do Planalto, no entanto, sabem que o fôlego do presidente Michel Temer para conseguir concretizar medidas impopulares como essas é pequeno e, portanto, o mais provável é que

nem todas sejam encaminhadas ao Legislativo. A que teria o maior potencial de arrecadação seria a instituição de uma tributação sobre lucros e dividendos, superando R\$ 10 bilhões.

Para resolver a meta de 2017, o governo montou uma força-tarefa para tentar aprovar no Congresso medidas que tratem de receitas que são urgentes para este ano, como a reoneração da folha e o Refis. O Ministério da Fazenda costura com a base aliada a apresentação, em plenário, de uma emenda aglutinativa com um parecer alternativo ao relatório do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) sobre o Refis. Além disso, a equipe econômica vai apresentar um projeto de lei propondo novamente a reoneração da folha, uma vez que a MP que trata do tema perde validade nesta semana.

O governo terá reuniões nos próximos dias para fechar um acordo com as lideranças no Congresso e alavancar a pauta econômica no Legislativo. Ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sinalizou que está disposto a negociar para chegar a uma versão mais equilibrada do texto que cria um novo Refis para parcelamento de débitos tributários de empresas e pessoas físicas. O relator da matéria desfigurou a proposta e incluiu descontos de até 99% em multas e juros. O ministro afirmou que, nessa

proporção, os descontos não serão sancionados: — De uma forma ou de outra, trabalhamos com a hipótese de que não haverá essa mudança que está no relatório atual. Marquei uma reunião com o líder do Congresso durante o decorrer desta semana, em que nós vamos discutir esse detalhe. O importante é que a medida tem que ser arrecadatória, tem que preservar o interesse do país. Meirelles ainda afirmou que o governo vai enviar um projeto de lei (PL) sobre a reoneração da folha de pagamentos para tramitar em regime de urgência no Congresso. A MP perde validade nesta semana, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já avisou que não há tempo para a votação.

O ministro da Fazenda explicou que o projeto será enviado tão logo a MP perca validade e deve ter "basicamente" os mesmos termos. A intenção é aprovar o texto ainda este ano, para que ele entre em vigor após cumpridos os 90 dias exigidos por lei depois da sanção presidencial: — O presidente da Câmara alertou ontem para o fato de que não haverá tempo de votar essa MP até a data de vencimento. Combinamos que estamos trabalhando para apresentar um PL em regime de urgência para que o Congresso possa discutir isso o mais rápido possível.

A estimativa era que a reoneração da folha gerasse uma arrecadação de cerca de R\$ 2 bilhões para 2017.





Essa é apenas mais uma das frustrações que o governo teve em relação à expectativa de receitas para este ano. Questionado sobre esse cenário e a necessidade de rever a meta fiscal para 2017, o ministro afirmou que a equipe econômica está analisando a arrecadação e que qualquer especulação antes de essa análise estar pronta é "prematura". Perguntado ainda sobre quando ocorreria a mudança da meta, ele foi vago: — Não tenho essa data. A hora em que o Rachid (Jorge Rachid, secretário da Receita) me garantir qual vai ser a receita dele.

## Pós-Temer

O processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT) não se deu sem farta dose de hipocrisia: o Congresso, que depôs uma presidente acusada de má-fé na gestão do Orçamento, nunca havia zelado, até então, pelo manejo criterioso das finanças públicas.

Pelo contrário, o costume suprapartidário de deputados e senadores era patrocinar qualquer tipo de generosidade estatal, na forma de mais despesas ou de benefícios tributários, e deixar para o Executivo a preocupação, quando havia, com o equilíbrio das contas.

Nos estertores do governo petista, inclusive, popularizou-se a expressão "pauta-bomba", a designar iniciativas do Legislativo que ampliavam o rombo do Tesouro Nacional, como reajustes salariais para servidores ou aumento dos gastos obrigatórios em saúde.

De todo modo, eram sólidas as bases do impedimento de Dilma. Fraudes orçamentárias estavam demonstradas —e eram devastadoras, acrescente-se, as consequências da irresponsabilidade fiscal.

Restava ao governo que a sucedeu converter a hipocrisia na homenagem do vício à virtude, como diz conhecido aforismo.

Em um arranjo descrito como semiparlamentarista, Michel Temer (PMDB) arregimentou as forças majoritárias do Congresso para um programa ambicioso de reformas, conduzido, reconheça-se, com unidade e eficiência. Isso, claro, até a delação da JBS demolir a credibilidade do chefe de governo.

É nesse contexto que se observa o maior protagonismo assumido pelo presidente da Câmara dos

Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sucessor eventual de Temer.

Ainda que não se materialize a troca de guarda no Planalto, é bem-vinda a movimentação do parlamentar em defesa da política econômica e, em particular, da reforma da Previdência —que boa parte do consórcio governista apressou-se a dar como inviabilizada.

Apenas uma mistura de covardia e oportunismo parece explicar, aliás, a escassez de forças engajadas na defesa pública da proposta. Vá lá que o PSDB, por exemplo, hesite entre permanecer ou não no governo. Mas por que o partido não se une em torno do fim das aposentadorias privilegiadas?

Ou por que os governadores —a começar pelo tucano Geraldo Alckmin, de São Paulo— não mobilizam suas bancadas para conter a alta desordenada de uma despesa que corrói os caixas dos Estados?

Porque todos, incluindo a oposição que ambiciona o Planalto, haviam se acomodado à opção de deixar a tarefa espinhosa a cargo de um presidente conformado com a própria impopularidade.

Com Temer fadado a concentrar as energias da administração na própria sobrevivência, demandam-se lideranças capazes da política mais elevada, de negociação e convencimento da sociedade.

Haverá, decerto, o risco de desgaste eleitoral. Mas a experiência de Dilma demonstra como ainda mais perigoso é conduzir uma campanha sem apresentar aos votantes a real agenda de governo.



## Reajuste de servidores pode ser adiado, afirma ministro

**FLAVIA LIMA**  
DE SÃO PAULO

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse nesta segunda (7) que o governo avalia postergar os reajustes concedidos a servidores públicos a partir do próximo ano para ajudar a contornar as restrições do Orçamento.

“Dentro dos cenários que estamos discutindo, há a possibilidade de considerar um adiamento dos reajustes concedidos no próximo ano.”

O ministro afirmou que o governo também estuda a

contratação de funcionários públicos por tempo determinado para certas atividades, o que vê como “ótima alternativa não só para o governo federal mas para outros níveis de governo”.

Oliveira voltou a negar que o governo tenha tomado alguma decisão sobre a elevação da meta fiscal para este ano, hoje de um déficit de R\$ 139 bilhões, mas, durante longa apresentação feita a empresários em São Paulo, optou por dar ênfase ao teto de gastos e ao ajuste fiscal de longo prazo. O ministro participou de

almoço do Grupo Lide.

Diante de dados frustrantes de arrecadação, a equipe econômica avalia antecipar para o dia 15 a revisão da meta, que ficaria perto de R\$ 150 bilhões, de acordo com reportagem da **Folha** publicada no sábado (5). Oliveira, porém, negou que exista data para fechar a questão. “Não posso assegurar valor nem que haverá mudança.”

O ministro reforçou que trabalha para entregar o objetivo estabelecido para 2018 —um déficit do governo central de R\$ 129 bilhões—, mas que, para isso, as reformas são necessárias, com prioridade a da Previdência.

Segundo ele, a intenção é aprovar um texto o mais próximo possível daquele já apreciado por comissão especial. “Não vamos adotar na partida a ideia de uma reforma minimalista, vamos persistir na proposta aprovada na comissão”, disse. “O déficit do governo é um déficit previdenciário. Tudo o mais é pequeno diante disso.”

O ministro afirmou ainda que espera um PIB do segundo trimestre mais perto do “neutro” e que, no curto prazo, o crescimento econômico não depende tanto do investimento, já que há capacidade ociosa, mas da retomada da demanda e do consumo.

Renato S. Cerqueira/Futura Press/Folhapress



O ministro Dyogo Oliveira (Planejamento) em evento em SP

## Por uma verdadeira reforma da Previdência

Passado o clima de incerteza política instalado pela mal ajambrada denúncia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro oferecida contra o presidente Michel Temer pela Procuradoria-Geral da República (PGR) – cuja autorização para processamento no Supremo Tribunal Federal (STF) foi denegada pela Câmara na semana passada –, é hora de o País retomar o caminho da aprovação das chamadas reformas estruturantes, sobretudo a da Previdência, essencial para o reequilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico.

Se não pelo risco intrínseco que o atual modelo de financiamento da Previdência, repleto de distorções, já representa para a segurança financeira de milhões de aposentados e pensionistas, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/16 será um claro sinal de responsabilidade do governo federal e de seu compromisso inarredável com a saúde fiscal do Estado. Dessa credibilidade dependem os agentes econômicos para a tomada de suas decisões de investimento, movimentando a economia e, principalmente, contribuindo para a redução da elevada taxa de desemprego.

Não obstante a melhora deste indicador – que caiu para 13% da população economicamente ativa, no primeiro recuo desde 2012, segundo o IBGE –, o desemprego ainda aflige cerca de 13,5 milhões de brasileiros. Contudo, reformar a Previdência não significa aprovar no Congresso qualquer alteração superficial ou medida de curto alcance, que funcionariam mais como bombas de efeito retardado do que como uma real correção de um problema que há muito tempo compromete o equilíbrio fiscal do Estado e, conseqüentemente, futuras gerações de brasileiros. Chegou-se a tal ponto que não há mais espaço para um arremedo de reforma.

Nesse sentido, é muito oportuna a posição do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que em reunião com o presidente Michel Temer no fim de semana pediu que o governo federal não ceda mais do que já cedeu na negociação sobre os termos do

projeto da reforma previdenciária. Em entrevista concedida ao Estado no último sábado, o presidente Temer reconheceu que as mudanças poderiam ficar restritas à fixação da idade mínima para aposentadoria – 65 anos para homens e 62 para mulheres – e ao corte de privilégios contidos no regime de aposentadoria de algumas categorias do serviço público. Sem dúvida, são medidas urgentes e absolutamente necessárias, mas insuficientes para atacar de forma incisiva o colossal déficit previdenciário, que apenas para este ano está projetado em R\$ 184 bilhões.

No início de maio, a comissão especial da reforma da Previdência na Câmara aprovou o relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). Além da idade mínima para a aposentadoria de homens e mulheres e o corte de privilégios de algumas categorias de servidores públicos, o texto aprovado na comissão especial prevê também a elevação gradual do tempo mínimo de contribuição – de 15 para 25 anos – e estabelece uma regra de transição para os que ingressaram no serviço público antes de 2003. Dos dez destaques apresentados, apenas um foi aprovado, o que mantém a competência da Justiça estadual para julgamento de ações contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). É este o teor da reforma da Previdência que deve ser levado à deliberação do plenário da Câmara dos Deputados.

É alvissareiro saber que se trata do modelo defendido pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia, na reunião com o presidente Michel Temer no Palácio do Planalto, quando discutiram a retomada da agenda legislativa. Ressalte-se ainda a receptividade do presidente da República, de quem partiu a proposta de que Maia seja também uma espécie de articulador do governo para efeitos da aprovação da reforma. Uma recente declaração do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, reforça a premência da reforma previdenciária sobre as demais. "Nosso foco tem que ser a Previdência. Precisamos superar essa página antes de avançar sobre as outras", disse. O País só tem a ganhar caso o discurso em uníssono das autoridades sensibilize os deputados no plenário e a reforma da Previdência tal como concebida na comissão especial da Câmara seja, enfim, aprovada.

## Contas inativas do FGTS têm saques de R\$ 44 bi

Resultado ficou acima do esperado pelo governo, de R\$ 39 bilhões; mesmo com o sucesso da medida, R\$ 5,85 bilhões ainda não foram sacados

Fernando Nakagawa / Brasília

Os brasileiros sacaram R\$ 44,032 bilhões das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O governo previa movimentação de R\$ 39 bilhões. Apesar do sucesso da medida, R\$ 5,85 bilhões ficaram nas contas e não poderão ser movimentados. A Caixa Econômica Federal reafirmou que não haverá prorrogação do período de saque.

O presidente da Caixa, Gilberto Occhi, anunciou que 25,9 milhões de trabalhadores sacaram 88,8% do dinheiro disponível nas contas inativas do Fundo. "Acredito que isso ajudou muito a economia", disse. Com o elevado interesse dos trabalhadores no programa, a Caixa acabou descobrindo R\$ 4,95 bilhões extras para saque. Isso aconteceu porque trabalhadores atualizaram o cadastro com entrega de

documentos em um processo que revelou que 2,48 milhões de contas classificadas como "ativas" estavam "inativas". Portanto, o dinheiro poderia ser resgatado.

A iniciativa de saque do FGTS é parte importante da estratégia do governo para tentar ajudar a economia e aconteceu de março a julho em um amplo processo que envolveu abertura de agências da Caixa aos sábados e horários estendidos na semana. Pelas redes sociais, o presidente Michel Temer comentou na semana passada que foi "uma ação criativa e que deu um extraordinário resultado".

Em São Paulo, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, avaliou ontem que os saques deram "certo alento" ao varejo. Pesquisa do ministério mostrou que 36% dos recursos foram destinados ao pagamento ou amortização de dívidas. Para o presidente da Caixa, essa destinação ao dinheiro "deu uma nova oportunidade aos trabalhadores de aquisição de bens, de voltar ao mercado e regularizar a situação (de

crédito)".

O Banco Santander prevê que o FGTS deve dar impulso ao Produto Interno Bruto (PIB) de até 0,4 ponto porcentual entre 2017 e 2018. O número parece especialmente importante diante da fraqueza da atividade. Segundo o mercado financeiro, o Brasil deve crescer 0,34% neste ano. Ou seja, sem o FGTS, o PIB poderia ter crescimento zero ou até negativo.

Mesmo com o forte apelo do programa, 6,8 milhões de trabalhadores não sacaram o dinheiro. Quase metade desses trabalhadores tinha até R\$ 100. Grupo minoritário, com 50,7 mil pessoas, deixou contas que tinham mais de R\$ 9,37 mil para saque e grupo ainda menor, com 5.831 brasileiros, não movimentou depósitos que superavam R\$ 46 mil. Os dois grupos deixaram mais de R\$ 2,29 bilhões nas contas. O dinheiro que não foi sacado continuará a ser remunerado pela regra do FGTS, que garante 3% ao ano mais Taxa Referencial (TR). / COLABOROU EDUARDO LAGUNA

## CONJUNTURA »

# FGTS evita 3º ano de recessão



Para Gilberto Occhi, economia dá sinais de melhora e há movimento de retomada em diversos segmentos

Segundo balanço da Caixa, saques de contas inativas do FGTS chegaram a R\$ 44 bilhões. Impacto na atividade ainda será calculado pelo governo, mas deverá ser maior que o 0,5% inicialmente estimado. Lucros do fundo começam a ser distribuídos nesta semana

HAMILTON FERRARI  
ESPECIAL PARA O CORREIO

Os saques de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão salvar o país de um terceiro ano de recessão. Segundo projeções iniciais do governo, cerca de R\$ 36 bilhões

deveriam entrar na economia, o suficiente para dar um impulso de 0,5 ponto percentual na atividade, mas o balanço divulgado pela Caixa Econômica Federal indica que o impacto pode ser ainda maior. De acordo com a Caixa, os trabalhadores retiraram R\$ 44 bilhões do fundo até o 31 de julho, quando acabou o prazo de resgate.

O Ministério do Planejamento ainda avalia qual será o impacto dessa movimentação no Produto Interno Bruto (PIB) de 2017. Em 2015, o PIB caiu 3,8% e, em 2016, sofreu nova queda, de 3,6%. Pelas previsões do mercado financeiro, já levando em conta o efeito dos saques

do FGTS, a economia deve crescer 0,34% neste ano. Sem os resgates, portanto, poderia ocorrer uma retração de 0,16%.

Cerca de 32,7 milhões de trabalhadores tinham direito a sacar as contas inativas, mas apenas 25,9 milhões o fizeram. Os resgates efetuados representam 88% dos R\$ 49,8 bilhões disponíveis. A Caixa descartou qualquer possibilidade de prorrogação do prazo

Newton Marques, professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB), disse que a liberação das contas possibilitou às famílias pagar dívidas e ter acesso a crédito. “A medida aumentou o fluxo de bens e serviços. Deu o start que a economia precisava, mas isso não quer dizer que ela vá engatar, até porque sofre reflexos da incerteza e das idas e vindas da política. O empresariado precisa de estabilidade”, explicou.

Dados de maio do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) mostram que 36% dos recursos foram utilizados na quitação de dívidas e 7%, para pagar parte das pendências. Além disso, 42% dos beneficiários usaram o dinheiro para despesa do dia a dia. Marcelo Fiche, coordenador do curso de economia da Universidade Católica de Brasília (UCB), disse que não vê total estímulo ao consumo. “O saque serviu para quitar dívidas e pagar





contas do dia a dia, mas não ocorreu pico nas vendas do varejo com compras de bens duráveis. O consumidor teme o desemprego, então, o impacto no PIB deve ser menor que o estimado”, avaliou.

Na visão do presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, a economia já dá sinais de melhora. “[De janeiro] Até junho, o número de financiamentos imobiliários cresceu 27% em comparação com 2016”, ilustrou. “Há um movimento de retomada em diversos segmentos”, completou.

### **Dividendos**

Occhi informou ainda que, nesta semana, o presidente Michel Temer deve anunciar o início do repasse, para as contas do FGTS, de 50% dos lucros obtidos com a aplicação dos recursos do fundo. A distribuição, segundo o governo, deve elevar o rendimento das cotas, atualmente equivalente a 3% ao ano mais a variação da Taxa Referencial (TR), para níveis próximos ao da poupança, que remunera os depositantes com TR mais 6% ao ano.

## Governo quer Refis menos generoso

ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, informou ontem que o governo quer um novo relator para a Medida Provisória nº 783/2017, que instaura o programa especial de parcelamento de dívidas tributárias, e resgatar a proposta anterior, que previa uma arrecadação de R\$ 13 bilhões neste ano. O relatório atual, elaborado pelo deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), aprovado em julho na comissão especial da matéria, prevê o parcelamento das dívidas com descontos generosos em multas e juros, o que reduz a previsão de arrecadação da União para menos de R\$ 500 milhões.

Meirelles adiantou que pretende se reunir com líderes do Congresso para escolher o novo relator. Ele quer que o relatório substitutivo, “mais equilibrado e mais justo”, seja apresentado em regime de urgência assim que a MP perder o efeito. “O projeto do Refis deve visar à possibilidade de os devedores

pagarem suas dívidas e também preservar a arrecadação do país”, declarou o ministro, após participar do I Fórum de Simplificação e Integração Tributária, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para ele, a aprovação do texto do deputado mineiro como está “não vai acontecer”.

O ministro reforçou que a prioridade do governo são as reformas e, no caso da tributária, defendeu a simplificação da forma de cobrança dos tributos. Apesar de o presidente Michel Temer ter sinalizado a deputados que prefere a votação da reforma tributária antes da previdenciária, Meirelles evitou tocar no assunto. “O presidente da Câmara tem falado na hipótese de começar o processo de votação logo e concluí-lo o mais rápido possível. Nossa expectativa é que esse ciclo de reforma seja concluído até o fim do ano”, afirmou. Para ele, quanto menos alterações houver na proposta, mais tempo o país vai passar sem voltar a discutir a Previdência.

Devido à constante frustração de receitas, a equipe econômica não descarta a alteração da meta fiscal deste ano, que permite um rombo de até R\$ 139 bilhões nas contas do governo federal. A expectativa é que o saldo negativo fique entre R\$ 150 bilhões e R\$ 155 bilhões. Meirelles não precisou quando anunciará a nova meta. “Será na hora em que o senhor (Jorge) Rachid (secretário da Receita Federal) definir quanto vai ser a receita”, afirmou.

O governo vem ampliando a previsão de receitas extraordinárias, que passou de R\$ 54,9 bilhões, em maio, para R\$ 60 bilhões, em julho. A projeção, porém, é vista com ceticismo por economistas. “A receita com o Refis não deve se concretizar e a economia não deverá crescer 0,5% como o governo está prevendo. Portanto, haverá outras frustrações neste ano, o que forçará mudança da meta fiscal”, alertou Fábio Klein, da Tendências Consultoria.